



DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROTAGÔNICA AO ESTADO COMUNAL: AS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO NA VENEZUELA DURANTE O GOVERNO CHÁVEZ (1999-2012)

EDUARDO SCHEIDT*

Neste trabalho analisamos as transformações políticas ocorridas na Venezuela durante o governo de Hugo Chávez, de 1999 a 2012. Desde 1958 a 1998, vigorou no país um regime de democracia representativa formal, controlado pelos principais partidos tradicionais, mas que excluía ou restringia a participação da maioria da população. Ao final dos anos 90, o regime entrou em colapso frente às profundas crises econômica, política e social decorrentes principalmente das práticas neoliberais. Chávez venceu as eleições de 1998 com a promessa de transformações radicais, incluindo no funcionamento político do Estado. Na primeira fase de seu governo, de 1999 a 2006, o governo implantou o projeto da “democracia participativa e protagônica” que objetivava ampliar a democracia representativa incluindo mecanismos de democracia direta, tais como plebiscitos, referendos, conselhos populares, entre outros. A nova constituição do país, elaborada e implantada a partir de 1999 foi um marco na ampliação da democracia representativa com a introdução de instâncias de democracia direta e representativa. De 2006 a 2012, ocorreram importantes transformações no projeto chavista, que passou a defender a construção do “Estado comunal” que iria suplantiar e não mais complementar a democracia representativa tradicional. Fundamentado nos conselhos comunais e nas comunas, essa nova forma de Estado se propunha a ser um autêntico poder popular, controlado diretamente pelos cidadãos, mas o processo de implantação foi desigual, parcial e caracterizado por diversas formas de controle e burocratização pelo Estado. O processo de construção do Estado comunal não chegou a dismantlar o Estado representativo, cujas instituições continuavam em vigor convivendo com as instâncias do proclamado “poder popular”.

Hugo Chávez chegou ao poder na Venezuela em fevereiro de 1999, após vencer as eleições presidenciais de novembro do ano anterior com mais de 56% dos votos. Durante a campanha eleitoral, Chávez prometera profundas transformações na

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Doutor em História pela USP. Contatos pelo e-mail: edusch.uerj@gmail.com. Este artigo é vinculado ao projeto de pesquisa “Cultura política e democracia na América Latina contemporânea: a questão democrática na Venezuela da era chavista”, em desenvolvimento na UERJ e financiado pela FAPERJ.

sociedade venezuelana, propondo-se uma refundação da República. Construiu-se um novo projeto de Estado, que romperia com o modelo de democracia liberal restrita, propondo-se ampliar a participação popular introduzindo-se mecanismos de democracia direta, rumo a um modelo de democracia participativa. Essa questão era um dos eixos de programa de governo chavista para as eleições de 1998, perceptível no próprio título: *La propuesta de Hugo Chávez para transformar la Venezuela. Una revolución democrática*. O programa de governo propunha uma “revolução democrática”, através da introdução de mecanismos de participação direta da população. Para colocar essa “revolução democrática” em prática, uma das primeiras medidas do novo governo foi convocar um plebiscito para autorizar a eleição de uma assembleia constituinte, seguido pela eleição da mesma. O chavismo conquistou uma expressiva vitória na eleição da assembleia constituinte, obtendo 119 das 131 cadeiras. Os trabalhos da constituinte duraram cerca de seis meses durante o ano de 1999, no final do qual foi realizado um referendo popular, em que 71% dos eleitores que compareceram à votação aprovaram o novo texto constitucional (WILLIAMSON, 2012 : 610).

A constituição aprovada e promulgada em 1999 é indiscutivelmente uma das mais democráticas do mundo. Nas primeiras linhas de seu preâmbulo, está escrito que entre os objetivos da nova carta se destaca: “(...) el fin supremo de refundar la República, para establecer una sociedad democrática, participativa y protagónica, (...) (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999: 1). O texto constitucional buscou institucionalizar a questão da democracia participativa e protagônica, tão amplamente propagada pelos discursos de Chávez durante a campanha presidencial e após sua posse como presidente.

Sem romper com a democracia representativa, uma vez que a nova constituição continuava estabelecendo a eleição de representantes para os poderes executivos e legislativos em todos os níveis, o texto estabeleceu diversos mecanismos de democracia participativa em que instituía uma participação mais direta dos cidadãos no processo político e institucional do país. Esta questão está inserida em diversos artigos da constituição, como no de número 70:

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía en política, la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa

legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas, cuyas decisiones serán de carácter vinculante entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por valores de mutua cooperación y la solidaridad (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999: 11).

No ano seguinte à promulgação do novo texto constitucional foram convocadas novas eleições para todos os cargos eletivos. Chávez novamente se candidatou e venceu com larga margem, estabelecendo seu primeiro mandato de seis anos sob a nova constituição. Após sua posse para o novo mandato, Chávez lançou um programa de governo intitulado *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Com 162 páginas, o alentado documento dava as diretrizes gerais do projeto de Estado chavista, visando consolidar a denominada “Revolução Bolivariana”.

O programa de governo abre com uma seção intitulada “Um modelo para a Venezuela”, em que se apresenta a proposta de consolidar a constituição de 1999, especialmente criando vários mecanismos de controle democrático dos instrumentos de poder. Chamamos a atenção para o fato que, naquele momento, a democracia representativa não era incompatível com a democracia participativa no projeto chavista de Estado. Ao contrário, propunha-se instituir mecanismos de controle popular do processo político para ampliar e complementar a democracia representativa.

Em vários trechos do documento, cita-se a importância de participação dos movimentos sociais e demais organizações não governamentais da sociedade civil para se efetivar uma maior participação dos cidadãos no poder político. Por outro lado, também se ressalta o papel do Estado como um agente ativo para estimular a organização da sociedade na participação política. Ou seja, na ausência de movimentos sociais fortes e autônomos, o chavismo se coloca como propulsor da organização da democracia participativa, num movimento a partir do Estado, de cima para baixo.

O programa chavista para o mandato de 2001 a 2007 propunha organizar a participação cidadã, principalmente na planificação e sugestão de políticas públicas em três níveis: municipal, estadual e federal. Em nível municipal, o projeto era institucionalizar os “Conselhos Locais de Planificação”, formados pelos próprios cidadãos com coparticipação das prefeituras. Em nível estadual, se formariam os

“Conselhos de Planificação e Coordenação de Políticas Públicas”, criando-se ainda o “Conselho Federal de Governo” para a participação dos cidadãos em nível nacional. Chávez almejava transformar a cultura política na Venezuela, buscando reverter a exclusão da maioria da população da participação política e dos benefícios econômicos e sociais, com a construção da democracia participativa e protagônica. Através do controle do cidadão sobre o Estado, curiosamente estimulado pelo próprio Estado, seria possível se exercer uma plena soberania popular.

As transformações do Estado iniciaram-se nos aspectos políticos, enquanto muitas poucas alterações no modelo econômico ocorreram durante os primeiros anos da era Chávez. A produção econômica continuava em mãos da iniciativa privada, o governo seguia pagando as dívidas internas e externas e a exploração do petróleo continuava tendo participação de empresas estrangeiras do ramo, já que a PDVSA mantinha sua autonomia frente ao Estado.

As primeiras mudanças econômicas começaram em 2001 com uma série de leis de caráter intervencionista do Estado na economia através da Lei Habilitante (espécie de decreto presidencial). Destas, três leis causaram mais polêmicas: a Lei das Terras, que possibilitava a reforma agrária em terras consideradas improdutivas, a Lei da Pesca, que favorecia os pescadores artesanais em detrimento da grande indústria e a Lei dos Hidrocarbonetos, que possibilitaria o efetivo controle do Estado no setor do petróleo.

O projeto de Estado chavista tomava os rumos de um fortalecimento do Estado, rompendo-se que as diretrizes neoliberais que tinham sido implantadas na América Latina na década anterior. A promulgação das leis habilitantes suscitou imediata oposição das elites econômicas e de boa parte das classes médias, que passava a identificar Chávez com “aproximações com o comunismo”. Na política externa, os projetos chavistas de buscar uma integração latino-americana em confrontação com os EUA, incluindo-se uma aproximação com Cuba, contribuía para acirrar os descontentamentos com as elites, classes médias e o governo dos EUA.

A oposição começava a organizar as primeiras grandes manifestações de repúdio ao governo que eram respondidas pelos chavistas com mobilizações de igual envergadura a favor de Chávez. Em abril de 2002, a situação ficou mais tensa. No dia 7, durante o programa televisivo semanal *Alo Presidente*, Chávez demitiu quase toda

diretoria da PDVSA no intuito de obter o controle pleno da importante estatal. A oposição convocou uma grande manifestação de repúdio ao governo no dia 11. Dada a magnitude da marcha oposicionista, seus líderes direcionaram a passeata rumo ao palácio presidencial Miraflores, onde havia uma menor concentração de apoiadores do governo. A manifestação da oposição foi dispersa pela ação de franco-atiradores que no alto de edifícios abateram alguns dos participantes. A mídia privada falsificou imagens tentando vincular os disparos a apoiadores do governo. Houve uma intensa pressão pela renúncia de Chávez e setores das Forças Armadas tomam o palácio exigindo a saída do presidente. O golpe se consolidou no dia seguinte com a tomada de poder pelo presidente da federação das indústrias (FEDECÁMARAS) Pedro Carmona, que decretou o fechamento do parlamento nacional, o rompimento das relações com Cuba e a restituição dos demitidos ao comando da PDVSA.

O golpe contava com o apoio das indústrias, da maior parte das classes médias, da Igreja e de cúpulas de sindicatos trabalhistas. Obteve também o claro apoio dos EUA, cujo embaixador Charles Shapiro imediatamente visitou Carmona no Miraflores (MARINGONI, 2009: 134). Entre os dias 12 e 13, porém, as massas populares saíram das favelas e tomaram os arredores do palácio presidencial exigindo o retorno do presidente deposto. Setores das Formas Armadas também se contrapuseram aos rumos que o golpe tomava e passaram a defender o retorno do presidente constitucional. Desta forma, Chávez foi solto e retomou a presidência, derrotando o golpe que durou menos de 48 horas.

O fracasso do golpe não arrefeceu os opositores que continuavam a organizar marchas de protesto e promoveram uma paralisia da produção e exportação de petróleo, conhecida como *paro petrolero*. O movimento foi acompanhado por um locaute empresarial, que paralisou muitas indústrias e setores comércio, incluindo o fechamento de vários shopping centers. A paralisação durou 63 dias entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003, numa nova investida dos opositores para derrubar o governo com a paralisia do país. Chávez, sempre apoiado pelas classes populares e pela maior parte da esquerda, não negociou com os opositores, levando o movimento de paralisação ao esgotamento e inevitável retomada das atividades. No que tange ao setor do petróleo, Chávez aproveitou o locaute para intervir na PDVSA, demitindo vários diretores e

ocupantes de cargos de alto escalão para nomear pessoas de sua confiança e assim obter o total controle da empresa.

O controle da PDVSA pelo Estado possibilitou avançar o intervencionismo estatal na economia e também no social, na medida em que Chávez passou a canalizar os recursos do petróleo para uma série de programas sociais, conhecidos como *misiones*. Beneficiando-se também com uma conjuntura mundial de aumento dos preços do petróleo, o governo impulsiona uma série de programas sociais de médicos em bairros populares, de educação, construção de moradias populares e estímulos a cooperativas e microempresas. A partir de então, a Venezuela passou por notáveis melhorias nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), com o crescimento do PIB, redução da pobreza e extrema pobreza, redução do desemprego e melhorias na distribuição de renda¹.

O sucesso das políticas sociais levou a um expressivo aumento da popularidade de Chávez, que possibilitou ao presidente impor uma eloquente derrota aos opositores quando estes ativaram o referendo revogatório em 2004. Nessa ocasião, cerca de 60% dos eleitores que compareceram às urnas disseram não à saída antecipada de Chávez da presidência. Prevendo nova derrota, a maior parte dos partidos de oposição boicotaram as eleições parlamentares de 2005, possibilitando aos chavistas o controle quase total da Assembleia Nacional.

O governo Chávez começava a consolidar um novo modelo de Estado, caracterizado pela intervenção na economia e no social e pelo fortalecimento do poder executivo, que conquistou pleno controle do setor do petróleo e redirecionou a maior parte dos recursos para programas sociais. Até o final do governo Chávez, houve notáveis transformações sociais com redução da pobreza, distribuição de renda e aumento do poder aquisitivo das camadas mais pobres da população.

No que tange ao projeto de ampliação da democracia, espalharam-se pela Venezuela uma série de instituições que objetivavam construir uma democracia participativa, através de uma presença mais direta do cidadão no exercício do poder político, principalmente na proposição, planificação e fiscalização das políticas públicas

¹ Ver os números do IDH referentes ao período de 1999 a 2012 divulgados pela CEPAL (apud SCHURSTER; ARAÚJO, 2015: 19-20).

e instituições de governo. Algumas destas instituições também estimulavam a participação dos cidadãos na execução de políticas públicas, como as denominadas “mesas técnicas de águas”, para cogestão dos serviços de água potável e os “comitês de terras urbanas”, na execução de programas de moradia popular (LÓPEZ MAYA, 2011: 225). Os chamados “círculos bolivarianos”, associações que reuniam apoiadores do governo em bairros de moradia e locais de trabalho, tiveram um papel predominante de mobilizar a população em eleições e manifestações políticas a favor do chavismo. Estas instâncias de organização popular foram cruciais na grande mobilização popular que repeliu a tentativa de golpe de Estado em 2002. Os programas sociais impulsionados a partir de 2003, as diversas *misiones*, também podem ser considerados como elementos da democracia participativa, já que igualmente estimulavam a participação dos cidadãos na planificação e execução dos programas.

Entretanto, a democracia participativa era ainda muito incipiente e dispersa. Havia várias instituições que se criaram de forma desigual pelo país e muitas delas com objetivos bastante pontuais. Apesar da polarização política, que dividiu o país entre duas facções irreconciliáveis: os apoiadores e opositores do governo chavista, o presidente consolidava sua popularidade entre as camadas populares e obtinha uma clara maioria eleitoral naquele momento. Nas eleições presidenciais de 2006, Chávez conquistou sua maior vitória, sendo reeleito com 62,8% dos votos numa eleição em que houve um dos menores índices de abstenção: 25,3% (SCHURSTER; ARAUJO, 2015: 29).

Este novo pleito presidencial ocorreu no momento em que a popularidade de Chávez atingia seu ápice e que o projeto de Estado chavista passava por importantes modificações, especialmente no que tange ao modelo de democracia participativa e protagônica.

Ao final do primeiro mandato de Chávez sob a nova constituição, consolidavam-se as instâncias de participação direta do poder pela população, especialmente os Conselhos Comunitários (CC). Estes organismos de participação popular tinham surgido a partir de instâncias anteriores como os CLPP, mesas de trabalho e assembleias populares. No momento das eleições de 2006, já estavam em funcionamento inúmeros

CC pelo país e foi também o ano em que se promulgou uma primeira lei para institucionalizar e regulamentar o funcionamento dos organismos².

Os CC foram concebidos como mecanismos de participação direta da população no exercício do poder, constituindo-se no pilar de uma democracia participativa e protagônica. Avançando em relações às experiências de consulta popular da década de 90 (tais como os orçamentos participativos), nos CC os cidadãos têm a possibilidade de ir além de propor sugestões, passando a executar diretamente as políticas públicas. Desta forma, o povo organizado toma para si diversas tarefas que tradicionalmente estavam a cargo das instituições de governo, especialmente os executivos municipais. Para a execução das políticas públicas pelos grupos de trabalho eleitos pelos CC, o executivo nacional transfere recursos financeiros diretamente a eles.

Os CC funcionam principalmente em bairros populares. São fundados com a convocação de uma assembleia de moradores, onde todos maiores de 15 anos têm direito de votar e ser votado. A assembleia é a instância máxima de deliberação nos CC, tendo o poder de eleger os *voceros*³ para os grupos de trabalho com mandato de dois anos com direito a reeleição, mas também revogáveis pela assembleia dos cidadãos.

Com o objetivo de estender o poder popular a espaços territoriais maiores, foram instituídas as Comunas, que seriam a integração de diversos CC de comunidades vizinhas, tanto em cidades como nas comunidades rurais. A formação de uma comuna se dá através de referendo em que participa toda a população apta a votar no espaço territorial em que a comuna abrange. A instância máxima de soberania numa comuna é o parlamento comunal. Todas as decisões em torno de questões envolvendo a população de uma comuna passam por votação no parlamento comunal, incluindo a eleição do comitê executivo e comitês de trabalho da comuna. O parlamento comunal é composto por um *vocero* eleito por cada CC que compõe a comuna, três *voceros* eleitos por

² Para uma análise dos CC e das comunais, ver o nosso artigo: SCHEIDT (2017). Neste texto, tratamos das transformações democráticas implantadas pelo governo de Hugo Chávez na Venezuela. Debruçamo-nos sobre o projeto da “democracia participativa e protagônica”, focando nossa análise nos CC e nas comunais. Consideramos que a despeito de limites e erros, o governo chavista promoveu mudanças profundas na cultura política do país ao proporcionar a participação política direta e ativa de parcelas da população através das instâncias da democracia participativa.

³ Os *voceros* são representantes ou delegados eleitos pelos CC para ocupar cargos em comitês de trabalho, compor o comitê executivo e também representar a população da comunidade nos parlamentos comunais das Comunas. Devido à falta de um vocábulo adequado em português, preferimos não traduzir e deixar o termo original em espanhol.

organizações socioprodutivas e um *vocero* escolhido pelo Banco Comunal. O mandato dos *voceros* das comunas é de três anos, com direito a reeleição e o mandato também é revogável.

Para as eleições de 2006, em que Chávez foi mais uma vez reeleito com ampla margem de votos, elaborou-se um novo programa de governo, intitulado *Proyecto Nacional Simon Bolivar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*. Este é o primeiro plano de governo que se refere a uma “transição ao socialismo”. Um dos principais aspectos desta transição seria a construção do poder popular, que passaria justamente pela consolidação da denominada “democracia protagônica revolucionária”, uma das principais diretrizes do programa de governo (CHÁVEZ, 2006: 3). Sobre esta questão, destacamos o seguinte trecho do documento:

*La democracia participativa es la soberanía popular la cual se hace tangible en el ejercicio de la voluntad general, la cual no puede enajenarse nunca, y el soberano, que no es sino un ser colectivo no puede ser presentado más que por sí mismo: el poder puede ser transmitido pero no la voluntad. (...). La soberanía popular, reunida en asamblea de ciudadanos, (Asamblea constituyente), única depositaria legítima del poder legislativo, **la Soberanía no puede ser representada** [grifos nossos], la voluntad no admite representación. (CHÁVEZ, 2006: 14).*

Neste aspecto percebemos uma clara modificação da concepção de democracia do chavismo em relação aos anos anteriores. Conforme analisamos no programa de governo para o mandato anterior, o chavismo propunha mecanismos de democracia participativa para “ampliar e aperfeiçoar a democracia representativa”. Em outras palavras, as democracias participativa e representativa seriam complementares. A partir da campanha eleitoral de 2006, o discurso chavista mudou, colocando as duas formas de democracia como antagônicas. Conforme a citação acima, o novo entendimento de soberania considera que esta é impossível de ser representada. A única forma de democracia, na nova ótica do chavismo, seria a democracia direta, possível somente nas instâncias da democracia participativa e protagônica.

No primeiro ano de seu novo mandato presidencial, Chávez propôs uma reforma constitucional com o intuito central de institucionalizar as instâncias de poder popular e modificar, assim, o próprio modelo de Estado. O projeto de reforma propunha modificar uma série de artigos da constituição. Um deles seria o Artigo 70, que trata dos mecanismos da democracia participativa, no qual a principal mudança seria inserir a

afirmação de que as assembleias de cidadãos (instância máxima de poder nos CC) se constituiriam em instâncias de poder de caráter vinculante. Outra mudança seria no Artigo 184 que, ao tratar da descentralização administrativa de municípios e Estados, determina a transferência de diversas atribuições dos governos municipais e estaduais para os CC e comunas.

Uma das principais propostas da reforma constitucional que demonstra as mudanças de concepções de democracia e do exercício do poder é no que se refere a modificação do Artigo 136, que propunha uma importante alteração no que diz respeito à organização do poder. Passava a defender a primazia do poder popular, exercido diretamente pela população organizada. Esse poder não poderia ser representado através da escolha de representantes pelo sufrágio universal, e sim exercido diretamente pelas pessoas em suas instâncias de democracia direta.

Mas a proposta de modificação na carta magna que mais polêmica suscitou e acabou ficando no centro dos debates foi sobre o Artigo 230, que propunha ampliar o mandato presidencial de seis para sete anos e possibilitar eleições contínuas e não mais limitadas a uma única reeleição. É preciso lembrar que Chávez já tinha sido recentemente reeleito e estava impedido a disputar mais um mandato nas eleições presidenciais previstas para 2012. Os opositores do presidente acusaram que o real propósito da reforma constitucional seria possibilitar o então mandatário “perpetuar-se” no poder. Estas críticas limitaram em muito as discussões políticas, pois muito além da possibilidade de reeleições contínuas, o que a reforma constitucional propunha era alterar substancialmente o projeto de Estado dos chavistas.

Em dezembro de 2007, o projeto de reforma constitucional foi submetido ao crivo do voto popular num referendo que, para surpresa de muitos, foi a primeira e única derrota eleitoral de Chávez. Por uma escassa diferença de 1,41 % dos votos ou 124.962 num universo de 8.883.746 votos, os eleitores que compareceram às urnas rejeitaram a proposta de reforma da constituição (MARINGONI, 2009: 27). Deve-se ressaltar que o referendo teve uma alta abstenção, de cerca da metade dos eleitores habilitados a votar. Muitos analistas apontam que a maior parte da abstenção foi da própria base chavista, pois muitos simpatizantes não estavam de acordo com as

mudanças tão radicais da constituição e decidiram não ir votar, possibilitando a derrota do governo.

Essa única derrota eleitoral é explicável também pelas tendências centralizadoras de Chávez que tentou fazer uma radical modificação da carta constitucional impondo as medidas de cima para baixo, sem dialogar com sua própria base de apoio. Outro intuito de Chávez era que o recém criado Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) se convertesse em partido único de sustentação do governo. A recusa de alguns partidos pequenos da base chavista em se dissolverem levou Chávez a rever essa posição e continuar com o Polo Patriótico como aliança entre partidos de apoio ao governo. Mas devemos ressaltar também que o chavismo não se constituía num bloco político homogêneo. Na verdade, há diversos grupos políticos em sua composição, alguns mais radicalizados que desejavam mudanças mais radicais e mais rápidas e outros mais moderados, que inclusive eram contrários a uma excessiva radicalização. Ao nosso ver, alguns setores mais moderados do chavismo, em desacordo com o socialismo e os rumos radicalizados do novo projeto de Estado, estiveram no centro da abstenção no referendo e foram cruciais para a derrota eleitoral.

A despeito da derrota eleitoral, Chávez não abriu mão de sua guinada à esquerda em seu projeto de Estado. Não houve modificações em seu discurso em prol do “socialismo do século XXI”. No que diz respeito ao poder popular, Chávez decidiu institucionalizar as instâncias através de leis ordinárias, já que não foi possível modificar a constituição. Uma das primeiras medidas foi a promulgação de uma nova lei sobre os CC em 2009, que ampliou e modificou alguns aspectos da lei anterior de 2006. A nova lei também deixava claro o intuito de se construir o poder popular para transformação social na conquista de uma sociedade mais igualitária e com mais justiça social.

Entre os diversos itens da legislação, há o estabelecimento de condições necessárias para que um cidadão seja eleito *vocero*, modificado pela lei de 2009 que acrescentou outras exigências, tais como apresentar previamente uma carta se identificando e demonstrando sua intenção de postulação, não estar sujeito a interdição civil e inabilitação política e ainda ser um cidadão de “reconhecida moral e honradez”. Percebemos que houve uma clara limitação da participação dos cidadãos nos CC e uma

crecente interferência do Estado na autonomia dessas instâncias de democracia direta. Especialmente a exigência de “reconhecimento moral e honradez” é vaga e abre espaços para que sejam vetados quaisquer cidadãos que sejam considerados “não morais”. Desta maneira, alguém que faça críticas e oposição ao governo pode eventualmente ser vedado de participar dos CC.

Indiscutivelmente, os CC são instâncias que possibilitam o exercício direto do poder pelos cidadãos, numa autêntica soberania popular. Na forma como foram organizados na Venezuela, entretanto, os CC não são plenamente autônomos, já que há certos atrelamentos ao Estado, especialmente na questão financeira, já que os recursos são transferidos do governo aos CC, não se constituindo estes em organismos financeiramente autônomos. A lei de 2009 reiterou esses mecanismos de controle do Estado e ainda acrescentou a possibilidade de o governo cassar o registro de CC, quando este “não estiver cumprindo suas finalidades previstas em lei”.

Em 2010, Chávez promulga uma lei orgânica de institucionalização e regulamentação das comunas. As comunas expressam um duplo propósito, um político e outro econômico. O propósito político é a construção do poder popular na forma de uma democracia participativa e direta em espaços territoriais mais amplos. O propósito econômico é o de estimular a produção econômica autônoma e controlada diretamente pela população na forma de agricultura comunitária, cooperativas populares, controle popular da distribuição econômica, tendo em vistas a edificação de um modelo produtivo autossuficiente e sustentável.

O Estado comunal é um ambicioso processo de construção de uma democracia participativa e direta que venha a substituir a democracia representativa do país e uma economia produtiva autossustentável que viesse a superar a economia rentista, a dependência do petróleo e o próprio capitalismo. Vários estudos, entretanto demonstram o fracasso dos aspectos econômicos do projeto, que trouxe resultados muito pouco significativos. Apesar dos estímulos à produção agrícola, a cooperativas e iniciativas como produção e distribuição de alimentos subsidiados, a Venezuela continuou sendo um país capitalista e de economia rentista, altamente dependente das exportações de petróleo. Segundo Edgardo Lander (2014), o governo Chávez inclusive acentuou o caráter rentista da economia do país.

Já no que se refere aos propósitos políticos, os resultados foram mais profícuos. Os CC e as comunas se expandiram pela Venezuela ao longo dos últimos anos. Segundo Jesus Machado (2008), havia cerca de 26.000 CC espalhados pelo território venezuelano no ano de 2008. Conforme Margarita Lopez Maya (2011), dois anos depois o número de CC já eram de 36.000. Segundo dados oficiais do Ministério do Poder Popular, em setembro de 2016 estavam registrados 46.462 CC e 1.608 comunas na Venezuela⁴. Os dados oficiais e de pesquisadores acadêmicos sobre o tema demonstram um número bastante elevado de CC e comunas organizadas, que abrangem parcela significativa da população do país.

Reconhecemos que a construção dos CC e das comunas têm seus limites e erros. É notório que o governo e o partido oficialista buscam controlar e manipular as instâncias da democracia participativa. Também é certo que estas instâncias não são plenamente autônomas, pois além do controle político, são dependentes financeiramente dos recursos do Estado. Mas por outro lado entendemos que os CC são uma extraordinária mudança no comportamento político de parcelas da população, que de atitudes passivas perante a política, passa a exercer um papel mobilizador e ativo, organizando-se não somente em prol da reivindicação de suas demandas, mas também exercendo mais diretamente suas execuções.

Embora o projeto de Chávez tenha se radicalizado rumo a um Estado comunal, que se fundamentaria no exercício direto do poder pela população, especialmente através dos CC e das comunas, não houve a ruptura com o Estado representativo instituído pela constituição de 1999. Desta forma, paralelamente a formação de instâncias de democracia direta, continuava-se a eleger periodicamente os membros dos poderes legislativos e executivos em todos os níveis. No pleito eleitoral de 2008, o chavismo voltou a ter uma contundente vitória, conquistando 80% das prefeituras e 17 dos 23 governos estaduais (Schurster; Araújo: 2015, p. 26). Nas eleições parlamentares de 2010, a oposição voltou a participar (não repetindo o boicote de 2005), conquistando 65 cadeiras da Assembleia Nacional. Os chavistas elegeram 98 parlamentares, continuando com uma maioria simples, mas perdendo a maioria qualificada.

⁴ Dados extraídos do site <<http://consulta.mpcmunas.gob.ve/>>. Consultado em 23 de setembro de 2016.

Em 2012, Chávez participou de sua última eleição presidencial quando já estava acometido por um câncer, que o levaria ao falecimento em março do ano seguinte. No programa de governo para mais um mandato presidencial, realizada em outubro de 2012⁵, o projeto de transformação do Estado continuava sendo um dos eixos de suas propostas, conforme trecho abaixo do documento *Propuesta del candidato de la Patria Comandante Hugo Chávez para la Gestión Bolivariana Socialista, 2013-2019*:

Para avanzar hacia el socialismo, necesitamos de un poder popular capaz de desarticular las tramas de opresión, explotación y dominación que subsisten en la sociedad venezolana, capaz de configurar una nueva socialidad desde la vida cotidiana donde la fraternidad y la solidaridad corran parejas con la emergencia permanente de nuevos modos de planificar y producir la vida material de nuestro pueblo. Esto pasa por pulverizar completamente la forma de Estado burguesa que heredamos, la que aún se reproduce a través de sus viejas y nefastas prácticas, y darle continuidad a la invención de nuevas formas de gestión política. (CHÁVEZ, 2012: 2).

Na ótica chavista, a Venezuela estaria numa transição ao socialismo e a conclusão desse processo passaria, entre outros aspectos, pela consolidação da democracia direta, através do poder popular, processo que ainda estaria em construção. Aos olhos do regime, pois, a Venezuela estaria em transição ao socialismo, “desmantelando” o Estado burguês ainda existente de herança do período anterior e tomando o rumo do Estado comunal, controlado pelos trabalhadores organizados em CC e comunas.

No pleito de 2012 Chávez obteve mais uma vitória, conquistando cerca de 55% dos votos contra 44% dados a seu opositor Henrique Capriles (Schurster; Araujo: 2015, p.29). Após seu falecimento no ano seguinte, foram convocadas novas eleições presidenciais em abril de 2013, em que o candidato indicado por Chávez, Nicolás Maduro venceu Henrique Capriles por uma diferença bem mais apertada: 50,61% contra 49,12% dos votos válidos. Ainda que com uma margem menor, o chavismo continuava vencendo as eleições mesmo sem mais a presença de Chávez.

Fontes:

⁵ Embora a constituição de 1999 permitisse somente uma reeleição consecutiva e a proposta de reforma constitucional foi rejeitada no referendo de 2007, Chávez promoveu uma mudança na constituição através de uma emenda, aprovada por referendo popular em 2009, que permitia candidaturas a novas reeleições sucessivas sem limitações.

- CHÁVEZ, Hugo. *Anteproyecto de Reforma Constitucional presentado por el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela*. 2007. Disponível em: <www.eluniversal.com/2007/08/16/reformaconstitucional2.pdf>, acessado em 15 jul. 2017.
- _____. *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. 2001. Disponível em: <<http://www.mppp.gob.ve/wp-content/uploads/2013/09/Plan-de-la-Nacion-2001-2007.pdf>>, acessado em 15 jul. 2016.
- _____. *Programa de gobierno*. 2000. Disponível em: <www.analitica.com/bitblío/hchavez>, acessado em 15 jul. 2016.
- _____. *Proyecto Nacional Simon Bolivar. Primer Plan Socialista: desarrollo económico y social de la Nación 2007-2013*. 2006. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/controldelagestionpublica/proyecto-nacional-simn-bolivar-2007-2013>>, acessado em 15 jul. 2016.
- _____. *La propuesta de Hugo Chávez para transformar a Venezuela Una revolución democrática*. 1998. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/192305304/Hugo-Chavez-La-propuesta-de-Hugo-Chavez-para-transformar-a-Venezuela>>, acessado em 15 jul. 2016.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 1999. Disponível em <http://www.ministeriopublico.gob.ve/c/document_library/get_file?p_l_id=10240&folderId=12935&name=DLFE-302.pdf&version=1.6>. Acessado em 15 jul. 2016.

Referências:

- ANSALDI, Waldo e GIORDANO, Verónica. *América Latina. La construcción del orden. Tomo II: de las sociedades de masas a las sociedades en procesos de reestructuración*. Buenos Aires: Ariel, 2012.
- AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (org.). *Diez años de revolución en Venezuela: historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó: Maipue, 2009.
- DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.
- GARCÍA-GUADILLA, María Pilar. La praxis de los Consejos Comunales ¿Poder popular o instancia clientelar? In: AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (org.). *Diez años de revolución en Venezuela: historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó: Maipue, 2009, p. 297-326.
- LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, ano VII, n. 22. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 65-86.

- _____. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (editores). *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 97-146.
- _____. Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista? In: *Aporrea*. Caracas: 2014. Disponível em <<http://www.aporrea.org/actualidad/a197498.html>> Acessado em 15 jul. 2016.
- LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011, p. 221-262.
- _____. El movimiento bolivariano: ascenso al poder y gobierno hasta 2008. In: AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (orgs.). *Diez años de revolución en Venezuela. Historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó, Argentina: Maipue, 2009, p. 97-130.
- _____. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 14, n. 3. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2008, p. 55-82.
- MACHADO, Jesus M. *Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2008.
- MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.
- PRADO, Maria Ligia, SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reflexões sobre a democracia na América Latina*. São Paulo: Senac, 2007.
- SCHEIDT, Eduardo. Caracterizações do governo de Hugo Chávez na ótica dos estudos acadêmicos. In: *Cadernos do tempo presente*. São Cristóvão, UFS, v. 16, 2014, p. 26-39.
- _____. A democracia participativa na Venezuela da era Chávez e a questão dos Conselhos Comuns e das Comunas. In: *Tempos históricos*. Cândido Rondon – PR: Unioeste, v. 21, n. 1, 2017, p. 261-291.
- _____. A questão da democracia participativa na Venezuela durante a era Chávez: rumo a uma nova cultura política? In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. São Paulo: ANPHLAC, nº 21, 2016, p. 149-175.
- _____. A Venezuela durante os governos de Hugo Chávez: ampliação da democracia ou autoritarismo de Estado? In: SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015, p. 179-194.
- SCHURSTER, Karl e ARAUJO, Rafael. *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.
- WILLIAMSON, Edwin. *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.